

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

[CAMPINAS/SP: ASSOC. BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA, 1993 (RESENHA).]

O livro de João Pedro Stédile e Frei Sergio, A Luta pela Terra no Brasil (editora Scritta, São Paulo, 1993) faz um relato das lutas camponesas que confluíram para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O primeiro eixo do livro é dado pelo argumento que, embora a Pastoral da Terra tenha jogado um papel importante no surgimento do MST, sua gênese mais profunda está tanto na injusta distribuição da propriedade da terra em nosso país, como na reação camponesa sob a forma da luta pela reforma agrária. Já que esta luta enfrenta a força centralizada do latifúndio, do judiciário e do governo, é necessário uma articulação que promova o mútuo apoio e coordenação das lutas antes localizadas. Assim, o MST nasce como expressão de uma necessidade real: para se opor à desumanidade de um poder centralizado é necessário uma organização nacional de todo o movimento.

Em seguida, procuram demonstrar os autores que as reivindicações do MST são não apenas legais, mas essencialmente justas. Sem a reforma agrária, procuram os autores alertar os brasileiros moradores do campo e das cidades, os centros urbanos continuarão repletos de imigrantes. Antes que os trabalhadores tenham terras, as áreas agriculturáveis continuarão sendo subexploradas e os alimentos caros. Nestas passagens, é patente o esforço dos autores para despertar a consciência de que a luta por um país socialista não pode ser vitoriosa antes que o trabalhador urbano e o trabalhador rural se dêem conta que, no fundo, possuem os mesmo inimigos.

Todavia, a parte mais rica do texto é, me parece, aquela em que os autores descrevem as diversas formas de luta adotadas pelos camponeses. Ao mesmo tempo que salientam como estas lutas foram brotando do acúmulo de experiências ao longo de décadas de conflitos rurais, e que por isso representam uma «sabedoria popular» fortemente arraigada na tradição camponesa, sublinham como elas possuem um caráter essencialmente defensivo. Mesmo a forma aparentemente mais «ofensiva», a ocupação de terras, deve ser preparada cuidadosamente, os participantes devem estar convictos que aquela é sua única defesa contra a fome e a miséria, etc. E, imediatamente após a ocupação, a mais ampla luta política deve ser travada com o objetivo de

mostrar à opinião pública a justiça (senão a legalidade) da ocupação e isolar os latifundiários e autoridades constituídas. Nestas páginas o texto deixa transparecer um movimento maduro, que tem domínio das táticas e da estratégia que emprega, que conhece o terreno, os aliados e os inimigos, e que se movimenta com agilidade e precisão.

Rica, também, é a discussão das formas de propriedade da terra que têm surgido na luta pela reforma agrária. Embora manifestem claramente a preferência pelas formas coletivas de gestão da terra -- em uma única linha é manifestado o objetivo socialista do MST --, reconhecem os autores que os únicos que podem decidir esta questão são os participantes da própria luta. Assim, a forma de propriedade escolhida pelos camponeses é sempre respeitada, ainda que o MST procure sempre que possível demonstrar a necessidade de formas coletivas, cooperativas, etc. Novamente, o amadurecimento do movimento se reflete no texto: uma posição doutrinária levaria não apenas à dissolução da base social do movimento, como ainda fortaleceria a manutenção do latifúndio em nosso país. Contudo, que o confronto entre as aspirações camponesas pela propriedade privada e os objetivos socialistas do MST é uma questão não resolvida, é um fato que o texto não pretende velar de modo algum.

Por ser uma reflexão visivelmente amadurecida da luta pela reforma agrária no Brasil de uma maneira geral, e em particular da trajetória do MST, A luta pela Terra no Brasil é um texto imprescindível, polêmico e que possibilita o acesso a uma realidade que os meios de comunicação tentam esconder e, quando impossível silenciar, deturpar e denegrir: a luta dos trabalhadores rurais por um pedaço de terra.